

MACHADO DE ASSIS, DE GRANDE HOMEM A HISTORIADOR

Um autor defunto

Cinco de outubro de 1908. Sob a presidência do barão do Rio Branco, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inicia, às 8h da noite, a sétima sessão ordinária do ano. Tendo por audiência um número expressivo de sócios, o primeiro secretário perpétuo, Max Fleiuss, dá início aos trabalhos: lê a ata da sessão anterior, aprovada sem debate. Em seguida, o presidente comunica as perdas sofridas pelo Instituto desde a última sessão. Tratava-se, então, do comendador José Luiz Alves, falecido a 25 de setembro. Alves, como os demais sócios mortos ao longo de 1908, deveria ser objeto de elogio fúnebre a ser realizado pelo orador, na sessão magna aniversária da fundação do Instituto, celebrada em 21 de outubro.¹

A leitura da ata da sessão anterior e a notícia dos falecimentos, se houvesse, eram via de regra os procedimentos iniciais nas sessões do IHGB. Uma vez cumpridos, a reunião se desenrolava de diferentes maneiras, dependendo das circunstâncias. Havendo sócios que comparecessem para tomar posse, eles eram logo conduzidos à sala das sessões, onde o presidente os recebia com algumas palavras de boas-vindas. Seguiam-se os seus discursos de apresentação e um discurso de acolhida, proferido pelo orador. Caso contrário, podia-se passar à leitura do expediente ou dos pareceres das comissões, à votação desses pareceres ou à proposição de nomes para sócios. Na sétima sessão de 1908, quatro sócios tomam posse: Alexandre José Barbosa Lima, Luiz Antonio Ferreira Gualberto, Alfredo Augusto da Rocha e Norival Soares de Freitas. Antes que o fizessem, porém, o barão do Rio Branco apresentou uma indicação unanimemente aprovada pelos presentes: "a inserção na acta de um voto de pesar pelo

¹ Entre 1849 e 1906, a Sessão Magna Aniversária foi realizada no dia 15 de dezembro, data que marca a primeira vez que o imperador D. Pedro II presidiu a uma das sessões do IHGB e ocasião na qual ele cedeu uma sala para as sessões ordinárias e para a biblioteca e o arquivo. Em 1906, uma reforma dos Estatutos restabelece a celebração no dia preciso da fundação do grêmio. *Revista do IHGB* (daqui em diante, *RIHGB*), tomo LXIX (1906), parte segunda, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 453.

falecimento de Machado de Assis, o illustre presidente da Academia Brasileira de Letras".²

O romancista, cronista, contista, poeta, dramaturgo e crítico Machado de Assis havia morrido em 29 de setembro, aos 69 anos. Não era membro do IHGB, daí a necessidade de aprovação para que um voto de pesar fosse inserido na ata da sessão de 5 de outubro de 1908. A proposta de Rio Branco não foi a única manifestação do Instituto diante da morte do escritor. Nessa mesma sétima sessão, o segundo secretário interino, Augusto Olímpio Viveiros de Castro, leu a seguinte proposta, assinada por Euclides da Cunha e pelo conde de Afonso Celso: "Propomos que se reedite no proximo numero da *Revista* do Instituto Historico e Geographico Brasileiro 'O Velho Senado', de Machado de Assis, para que se archive uma das mais bellas paginas da nossa historia contemporanea".³ Esta sugestão, assim como a de Rio Branco, foi aprovada. "O velho Senado", publicado originalmente em 1895 na *Revista Brasileira*, de José Veríssimo, e republicado por Machado de Assis no volume *Páginas recolhidas*, de 1899, foi novamente editado no tomo LXXI, parte primeira, da *Revista do IHGB*. Foi, então, antecedido de um artigo sobre "a individualidade do pranteado escritor", de autoria do conde de Afonso Celso. A "Nota" que o acompanha traz uma justificativa da publicação do texto: "É um trabalho historico, que embora já publicado alhures, está perfeitamente de accordo com os designios da *Revista*, na qual ficará para sempre lembrado".⁴

O IHGB acolhe em sua *Revista* o texto de um escritor. Este ato não é nem evidente, nem casual. Afinal, textos literários não estão entre as publicações habituais de uma revista de história, que edita normalmente documentos e textos historiográficos (as "memórias históricas"). Há aí algo que merece ser perscrutado. Pois há, por um lado, essa decisão de publicar um texto de Machado de Assis. É certo que, ao fazê-lo, o IHGB propicia-se a oportunidade de preencher convenientemente o nome "Machado de Assis". Quem é Machado de Assis para os historiadores da virada do século XIX para o XX? Qual é para eles o valor da obra machadiana? E como isso se relaciona, pois certamente o faz, com aquilo que designam por "história"? E há também, por outro lado, a escolha de "O velho Senado". Por que esse texto específico? Os próprios historiadores

² "Setima sessão ordinaria em 5 de outubro de 1908". *RIHGB*, tomo LXXI (1908), parte segunda, 1909, p. 559.

³ *Idem*, p. 587.

⁴ AFONSO CELSO, conde de. Nota. *RIHGB*, tomo LXXI (1908), parte primeira, 1909, p. 201.

respondem-no, já o vimos: trata-se de "uma das mais bellas paginas de nossa historia contemporanea" e de "um trabalho historico". E obrigam-nos novamente a indagar: como são preenchidos esses nomes? O que chamam de "história" e lhes permite afirmar ser "O velho Senado" uma página "de [...] historia contemporanea"? Que concepção de história autoriza qualificar esse escrito de "trabalho historico, que [...] está perfeitamente em acordo com os designios da *Revista*"? O que entendem os historiadores por "histórico", para que possam encontrá-lo nesse texto de 1895?

Em torno dos nomes da história,⁵ historiadores e escritor encontram-se. Na tentativa de responder às questões suscitadas por esse encontro, retornemos, inicialmente, à *Revista do IHGB* e às diversas outras respostas que deram os historiadores a esta pergunta fundamental: o que é a história?

Uma concepção de história

Isto nos conduz ao momento de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1838, o cônego Januário da Cunha Barbosa proferiu um "Discurso" em que, além de justificar a criação de um instituto histórico no Brasil, fazia reflexões sobre a história e o papel do historiador brasileiro. Segundo Temístocles Cezar, a análise de Cunha Barbosa "produz um conjunto de noções que se tornam normas para as ações práticas no IHGB, bem como um referencial teórico para saber o que é histórico e o que não é".⁶

No discurso do cônego Januário, a história é definida nos termos de Cícero: ela é "a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida".⁷ Termos que adquirem significados bastante precisos no trecho seguinte, em que o primeiro secretário perpétuo indica quais as funções que, para uma instituição dedicada ao registro histórico, derivam de tal concepção: "eternisar pela historia os factos memoraveis da patria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das

⁵ A expressão "Os nomes da história" é de Jacques Rancière e intitula seu livro sobre o paradigma historiográfico dos *Annales*: RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUSC; Pontes, 1994.

⁶ CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*. Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004a. Acessado em 01/07/2008. Disponível em: <http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=142&layout=abstract>. Citação p. 12-13.

⁷ BARBOSA. Discurso. p. 11. Ver nota anterior.

espessas nuvens que não poucas vezes lhes agglomeram a parcialidade, o espirito de partidos, e até mesmo a ignorancia".⁸ O testemunho dos tempos oferecido pela história identifica-se ao registro dos fatos memoráveis da pátria, liberados de qualquer inexatidão.

Se a história se associa ao erro, na forma da negativa, visto ser obrigação do historiador depurá-la de inexatidões e buscar a verdade, outra associação negativa revela-se no discurso de Cunha Barbosa. Trata-se daquela entre história e obscuridade. Uma associação que nos remete à própria definição de história:

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos.⁹

A fama dos grandes homens, rompendo as trevas da antiguidade, tem chegado a nós com os documentos de seus meritos acrisolados pela historia: ella assim premia a virtude muitas vezes perseguida, restituindo à veneração dos homens a memoria daquelles que della se fizeram dignos.¹⁰

E será pouco arrancar do esquecimento, em que jazem sepultados, o nome e feitos de tantos illustres Brasileiros, que honraram a patria por suas letras e por seus diversos e brilhantes serviços? O desejo de dar vida aos benemeritos, que o nosso descuido tem deixado mortos para a gloria da patria e a estima do mundo, já se tem apoderado de alguns dos illustres socios deste nosso Instituto.¹¹

"Salvar da indigna obscuridade", "romper as trevas da antiguidade", "arrancar do esquecimento", "dar vida aos benemeritos". Escrever a história é expulsar a obscuridade dos lugares aos quais ela não pertence, onde somente subsiste por descuido, por negligência. Escrever a história é fazer justiça aos nomes que são históricos porque pertencem àqueles que não podem ser esquecidos, àqueles que não podem morrer, ainda que já estejam mortos.

Essa associação negativa revela uma vinculação estreita entre a história e o memorável – vinculação tanto ou mais persistente que aquela entre história e nação. A

⁸ Idem.

⁹ Idem, p. 12.

¹⁰ Idem, p. 16-17.

¹¹ Idem, p. 17.

história dos historiadores brasileiros do século XIX é o registro dos feitos memoráveis, dignos de viverem vida eterna. Um privilégio – o de ser digno de escapar à voragem dos tempos – cuja explicação também podemos encontrar no discurso do cônego Januário. Memoráveis, ilustres, beneméritos são todos aqueles que, por seus feitos e serviços à pátria, podem servir de exemplo às gerações seguintes. São todos aqueles que, modelos de virtude, contribuem para sua propagação. São todos aqueles cujas ações merecem ser retidas porque devem ser imitadas. Sua dignidade para a história advém desta identidade entre memorável e exemplar, que faz da história o recolhimento dos grandes exemplos, dignos de serem imitados.

Esta é uma concepção que estaria presente também no relatório anual de 1856, de autoria de Joaquim Manoel de Macedo. O escritor operaria, porém, uma ligeira mudança em relação às afirmações de Cunha Barbosa. O autor de *A Moreninha* exerceu o cargo de primeiro secretário do Instituto entre 1852 e 1856, e de orador, entre 1857 e 1882, data de sua morte. Foi pródigo em afirmações sobre a história, os historiadores, o IHGB e seus objetos e funções. No relatório mencionado, compara o IHGB às vestais da Roma antiga: assim como estas deviam velar pela perpetuidade do fogo sagrado, o Instituto deve fazer o mesmo pela perpetuidade dos feitos da nação.¹²

As referências à Idade Antiga – e, como não poderia deixar de ser, à eternidade – repetem-se nas reflexões sobre a história, equiparada a Prometeu por também roubar uma chama divina para dá-la aos homens: a chama da imortalidade. A história é a única na terra a deter o poder de fazer o homem derrotar a morte, permanecendo sempre vivo sob o veredicto de benemérito ou ingrato, conforme o julgamento de suas ações em relação à pátria. Diferentemente de seu antecessor, portanto, Macedo entende que devem figurar nos livros de história não somente aqueles que honraram a pátria, mas também os que se notabilizaram por seus feitos reprováveis, como o traidor Domingos Fernandes Calabar.¹³ Este seria, aliás, objeto de estudo de Macedo em "Duvidas sobre alguns pontos da historia patria", memória lida ao longo de sessões de 1858.

Um outro "cultor das Musas", o pintor, dramaturgo e diretor da Academia Imperial de Belas-Artes (1854-1857) Manoel de Araújo Porto-Alegre, demonstra que

¹² MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do 1º Secretário. *RIHGB*, tomo XIX (6º da 3ª série), Suplemento ao tomo XVII, 1856, p. 91-122.

¹³ Idem, p. 92.

não é somente nos discursos e relatórios oficiais do Instituto que se pode encontrar a expressão da concepção de história vigente. Em seu "Iconographia Brasileira", publicado no mesmo ano do relatório supracitado, Araújo Porto-Alegre insiste na identificação entre história e o memorável e na consequente função magistral da disciplina.¹⁴

Em tom panfletário, o autor de *Colombo* invectiva contra o que chama de "criminoso egoísmo" e que consiste em não reconhecer devidamente o legado dos antepassados, em não demonstrar gratidão pelos serviços das gerações precedentes, em não combater o esquecimento dos mortos. É, por outras palavras, o que Joaquim Manoel de Macedo havia dito em seu relatório anual de 1854: "O povo que não exalta seus heróis é indigno de os possuir".¹⁵

Essas tendências desagregadoras têm sido combatidas, entende Porto-Alegre, por instituições como o Instituto Histórico, cuja criação colocaria o Brasil entre "as grandes nações, que são aquellas que tem severos e proveitosos pensadores, estabelecem premios para os vivos e um culto especial para os mortos, estabelecem pantheões diversos, afim de que estes fallem às vistas do povo, e ao coração do homem intelligente".¹⁶ Enganam-se, todavia – argumenta Porto-Alegre –, aqueles que pensam que os panteões são apenas de pedra e cal, que são apenas os monumentos, jazigos ou mausoléus. Eles "são também compostos de livros especiaes, cujas narrações edificam, como a palavra solemne da historia".¹⁷ Certamente não se enganam aqueles que identificam aí a concepção de história já expressa por Januário da Cunha Barbosa.

A história, um panteão feito de papel. E, acrescenta Porto-Alegre, superior aos seus congêneres de pedra ou metal, porque também o tempo é a sua matéria. Não o tempo presente, mas um tempo idêntico ao seu contrário, idêntico à sua supressão: a eternidade. As estátuas podem ser fruto da adoração ou do fanatismo político, sustenta o futuro barão de Santo Ângelo. Fruto do tempo, poder-se-ia dizer. A história, porém – continua ele –, a verdadeira história, escrita muitos anos depois de decorridos os

¹⁴ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Iconographia Brasileira. *RIHGB*, tomo XVII (6º da 3ª série), n. 24, 1856, p. 349-375.

¹⁵ MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do Primeiro Secretario. *RIHGB*, tomo XV (4º da 3ª série), p. 49.

¹⁶ PORTO-ALEGRE. Iconographia Brasileira, cit., p. 350.

¹⁷ Idem, p. 353.

acontecimentos e fundamentada em documentos originais e incontestáveis, emite o seu julgamento, demonstra a verdade e tem o poder de fazer "desaparecer um exemplo da maior das corrupções".¹⁸ Sem contar que a destruição das estátuas e monumentos dedicados aos homens de valor não extingue – afirma Porto-Alegre – uma memória que esteja perpetuada pelos escritos, porque perpetuada pelo tempo, porque "baseada sobre a justiça eterna, sobre idéas uteis".¹⁹

Conforme se avança pelas páginas da *Revista*, ouvem-se as vozes de dezenas de membros do Instituto a nos dizerem o mesmo, e nem sempre com palavras diferentes, que Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Manoel de Macedo, Manoel de Araújo Porto-Alegre. Assim o faz Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que em 1872 afirmava ser a história "a mestra da vida e a testemunha dos tempos".²⁰ Ou Luiz Francisco da Veiga, para quem a história é a "rememoração, o registro e a perpetuação dos altos factos sociaes e politicos dos povos ou de cada povo em particular".²¹ Em 1880, Olegário Herculano de Aquino e Castro louvava a "nobre e elevada missão que cabe á historia ao registrar os factos memoraveis que abrilhantam a vida das nações".²² Sete anos mais tarde, ao discutir a veracidade da tradição sobre o paulista Amador Bueno, Moreira de Azevedo aponta a missão do historiador: registrar nos anais da história, que são os da posteridade, os "factos grandiosos, façanhas illustres, actos de valor e de virtude"²³ que conferem glória e renome à vida de um povo.

Quando chega o momento de apreciar aquele que, já em vida, consagrou-se como um dos maiores da literatura brasileira, não seria de admirar que se manifestasse essa concepção de história tão fundada na distinção e no elogio aos grandes da pátria. Ainda assim, há com o que se espantar no artigo que redigiu o conde de Afonso Celso sobre a "individualidade" do escritor.²⁴

¹⁸ Idem, p. 353.

¹⁹ Idem.

²⁰ GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Discurso do orador. *RIHGB*, tomo XXXV, parte segunda, 1872, p.620.

²¹ *RIHGB*, tomo XLII, parte segunda, 1879, p. 262.

²² *RIHGB*, tomo XLIII, parte segunda, 1880, p. 458.

²³ AZEVEDO, M. D. Moreira de. Amador Bueno. *RIHGB*, tomo L, parte segunda, 1887, p. 10.

²⁴ Conforme dito anteriormente, o artigo acompanhou a reedição de "O Velho Senado" na *Revista do IHGB*. Ver *RIHGB*, tomo LXXI, parte primeira, cit., p. 201-204. Todas as citações a seguir foram daí retiradas.

Um grande homem

O historiador, futuro presidente do IHGB, começa por defender que tanto da vida de Machado de Assis quanto das demonstrações públicas de pesar diante de sua morte "promanam elevados ensinamentos moraes". Tratando de um escritor, de um "insigne operario da penna", Afonso Celso destaca, em primeiro lugar, não os seus escritos, mas a sua vida e os seus funerais. Escolha cuja explicação encontra-se, talvez, no início do segundo parágrafo: "Foi-lhe a existência correta e pura como a obra literaria". Não há por que enfatizar a obra, porque a obra é como a vida. Não há naquela "o mais ligeiro eclipse da castidade", não se encontram aí concessões à sensualidade ou aos instintos animais.

Nesse artigo de três páginas, Afonso Celso dedica duas a analisar a personalidade de Machado de Assis. Põe em relevo seus "costumes severos", sua habilidade em conservar-se sempre "fino e grave" – a despeito de conviver com boêmios e de frequentar salões de redação –, de uma gravidade "sorridente, afável, elegante". Não deixa de mencionar a conhecida timidez e o pertinaz retraimento, causas da recusa de defender a si ou a sua obra e de entreter polêmicas. Elogia o "empregado público pontualissimo no desempenho de suas fastidiosas obrigações" e perdoa-lhe o ceticismo, que não é daquele que "nega ou zombeteia". É que era Machado "um idealista, um insatisfeito com o actual, com o contingente, com o trivial, com o baixo e rude, um insaciado da terra, um permanentemente minado pelo desejo de se libertar, de bater azas brancas, de pairar nas ethereas alturas, de fugir".

As razões para essa ênfase na vida e na personalidade de Machado de Assis podem ser compreendidas através da referência de Afonso Celso aos seus funerais. Segundo ele, foram "superiores aos de um príncipe", os funerais desse "homem pobre, de origem humilde e sem relações importantes". A construção do texto induz à pergunta, que seu autor não se furta a formular: "Porque tudo isto? Quaes os motivos de tamanha consagração" para "este homem que não occupou cargo algum dispensador de mercês e benefícios; este homem alheio ás cabalas, aos manejos, ás concessões mediante as quais se conseguem honrarias, influencia, popularidade"? – este que, em suma, não teria por que ser objeto de tais manifestações? O que fez esse homem "singelo, desaffectedado, despido de pretenções" para se tornar digno de "ineffaveis

effluvios de acatamento e admiração, emanados de todo um grande povo"? Em sua resposta, nesse texto publicado sob a chancela do IHGB, o conde de Afonso Celso parece revelar as motivações de sua escrita: justamente explicar as razões da consagração de Machado de Assis. Apesar de aparecer somente no fim, a pergunta parece ser o fio condutor do artigo. E a resposta sintetiza tudo o que se afirmou ao longo do texto:

É que Machado de Assis demonstrou a efficacia do esforço, da perseverança, da probidade intellectual e moral; demonstrou que, longe da politica, das *coteries*, do tumulto, se póde triumphar; demonstrou que o trabalho honesto, aperfeiçoador indefesso dos dons outorgados pela Divina Munificencia, alcança, mesmo no mundo, o justo galardão; demonstrou a irresistivel força do escrupulo, da mansidão e da bondade.²⁵

A consagração de Machado de Assis não é a consagração devida por sua obra. Ou, melhor dizendo, ela é sim devida à sua obra. Obra, aqui, não designa, porém, o conjunto de seus escritos, e sim uma propriedade que se encontra em seus livros e que lhe dirigiu a vida: a probidade moral. Machado é grande não por ter sido o autor de escritos excepcionais, surpreendentes, geniais – cujos títulos, aliás, não são sequer uma vez mencionados por Afonso Celso –, mas por ter demonstrado em si próprio, em sua individualidade, em sua conduta ao longo da vida, em seus livros, "a irresistivel força do escrupulo".

Essa irrisão da obra, transformação da obra em obra de vida, teria alguma relação com o fato de não haver na literatura machadiana uma representação nacional típica? Diante da impossibilidade de encontrar o Brasil que procurava, o historiador praticamente se abstém de tratar da produção literária de Machado de Assis? Tome-se, a título de comparação, um dos textos de José Veríssimo sobre o romancista. "Machado de Assis", originalmente elaborado para uma revista portuguesa, foi publicado em 1906 na *Renascença*. O crítico enfatiza seguidamente que Machado de Assis é um escritor: "essencialmente um poeta", "soube ser principalmente e antes de mais nada [...] um homem de letras", "é não só o principal escritor brasileiro vivo, mas também

²⁵ Idem, p. 204.

português". Natural, vindo de um crítico literário? Pode ser. Mas o fato é que Veríssimo não deixa de se imiscuir no campo dos historiadores, sustentando que: "Os romancistas são a seu modo historiadores e sociólogos e não sei se não serão melhores".²⁶

A noção, decerto, é familiar aos historiadores, sobretudo após Sir Walter Scott. E aparece também nas páginas da *Revista do IHGB*: em 1856, em seu relatório anual como primeiro secretário, Joaquim Manoel de Macedo escrevia: "Um poeta é muitas vezes um historiador, e alguns foram até legisladores". A frase antecedia uma apreciação de "Confederação dos Tamoios", poema épico de Gonçalves de Magalhães cujo tema eram as lutas entre portugueses e tamoios, no século XVI.²⁷ A publicação de "O velho Senado" é justificada, conforme vimos, mediante a atribuição de um caráter histórico ao texto. Como compreender, então, o absoluto desaparecimento de qualquer relação entre a história e a literatura de Machado de Assis em um artigo sobre o escritor, publicado em uma revista de historiadores? E essa opção por tratar da individualidade do escritor, estabelecendo, por meio do valor moral, uma homologia entre a vida e a obra? Aplicando ao "autor de *Iaiá Garcia*, de *Ressurreição*, de *Brás Cubas*" sua máxima sobre os romancistas como historiadores e sociólogos, Veríssimo sentenciava: "Sem o parecer, foi ele quem deu da alma brasileira a noção mais exata e mais profunda".

"Sem o parecer": sinais de um debate que já se iniciava. E que remete à hipótese aqui levantada: seria por essa perturbação da representação nacional, tão logo identificada a Machado de Assis, que os historiadores teriam dificuldade de analisar a relação entre literatura e história na obra machadiana? É uma questão a se investigar. O fato é que, para os historiadores da passagem do século XIX para o XX, o nome "Machado de Assis" designa, em primeiro lugar, um exemplo moral e não um homem de letras. Sua obra apaga-se diante do homem, a obra é o homem, que assim se torna também, inegavelmente, um homem memorável – manifestação, certo, dessa concepção de história tão ciosa em distinguir dignos e indignos de memória. Para os historiadores oitocentistas, Machado é memorável, antes de tudo, pelo que fez, pelo que foi, não pelo que escreveu.

²⁶ VERÍSSIMO, José. Machado de Assis. In: *Estudos de literatura brasileira*: 6ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 103-108. Citação nas páginas 103, 104, 105, 106.

²⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. Relatório do 1º Secretário. *RIHGB*, tomo XIX, cit., p. 101.

A escolha de "O velho Senado" para publicação na *Revista do IHGB* encontra, no mesmo movimento, sua explicação. O texto de 1895 é a produção machadiana que melhor atende às exigências da concepção de história daqueles historiadores. Pois, sendo o próprio Machado um nome da história, por ser antes de tudo um exemplo de vida, escreveu um texto em que tomou por tema outros nomes da história: marquês de Paranaguá, visconde do Rio Branco, duque de Caxias, Nabuco de Araújo, Eusébio de Queirós, visconde de Itaboraí, visconde de Uruguai. Aqueles que os historiadores consideravam os grandes nomes da política imperial, os atores da história do Segundo Reinado, responsáveis por suprimir a ameaça à integridade e à soberania nacionais, postas em xeque nas rebeliões regenciais e nas invasões paraguaias, e pelos lances decisivos para o fim da escravidão (proibição do tráfico e lei do Ventre Livre).

Essa escolha se torna ainda menos evidente quando examinamos aquelas que outros historiadores fariam um século mais tarde. Elas nos conduzem à segunda parte deste artigo: ao novo encontro, um encontro novo, entre eles e Machado de Assis.

Machado de Assis historiador

Noventa e cinco anos após a homenagem do Instituto Histórico, aparece um livro inteiramente dedicado à presença da história em Machado de Assis. As três páginas de Afonso Celso dão lugar ao volume de 345 páginas de Sidney Chalhoub. A ênfase na trajetória de vida, na imagem de um homem que se destacou por suas qualidades morais, é trocada por uma análise da obra – a vida, a atuação profissional comparecem apenas para referendar a interpretação da obra. Ao invés de um grande homem que escreveu sobre outros grandes homens, é-nos apresentado o literato que interpretou a história da sociedade brasileira oitocentista; desaparece o autor de um "trabalho histórico" em favor do escritor cuja obra se constrói integralmente sob o signo da representação histórica: "Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil do século XIX".²⁸ Ao Machado de Assis, exemplo de vida, vem substituir o *Machado de Assis, historiador*.

Em que assenta tal qualificação? Como se apresenta esse contar e recontar, por meio da literatura, a história do Brasil oitocentista? Para Chalhoub, Machado de Assis

²⁸ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 17.

fez de suas histórias – dos romances, destacadamente – um veículo para desenvolver sua própria interpretação do sentido do processo histórico da segunda metade do Oitocentos brasileiro. O romancista teria uma visão própria do sentido das mudanças políticas e sociais ocorridas entre 1850 e 1871 aproximadamente, tendo elaborado seus romances de modo a externá-la.²⁹ O que se decidiu naqueles anos e está presente na literatura machadiana, argumenta o historiador, foi o destino de uma hegemonia política e de seu projeto de dominação – o paternalismo, calcado em uma relação pessoal com os dependentes (livres e escravos) e no pressuposto da inviolabilidade da vontade senhorial. Essa política de domínio, seu funcionamento e a maneira como os dependentes atuavam explorando-lhe a lógica, mas em benefício próprio, estariam presentes em romances tanto da primeira quanto da segunda fase do escritor. De *Helena* (1876) a *Dom Casmurro* (1899), sustenta Chalhoub, Machado escreveu a história da crise e da falência desse projeto de domínio. Com narrativas situadas na década de 1850, *Helena* e *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881)³⁰ representariam o período áureo de vigência da hegemonia senhorial – o chamado "tempo saquarema", com a elite proprietária certa de exercer o seu poder e de impor o seu domínio de alto a baixo da sociedade escravista. Daí heróis como Estácio e Brás Cubas, titulares desse poder, tão certos de si mesmos.³¹ Em *Iaiá Garcia* (1878), o enredo se desloca para os anos fundamentais de 1866 a 1871, em que se teria evidenciado a crise do paternalismo. Não seria por outra razão que, nesse romance, os diálogos entre senhores e subalternos, como Valéria e Luís Garcia, tornam-se mais tensos: os antagonismos sociais estariam mais evidentes, e a classe senhorial, consciente das resistências que os dependentes opõem à efetivação de sua vontade. Não seria por outra razão, tampouco, que Brás agoniza e morre entre 1870 e 1871, "anos de intensa movimentação em torno da questão do 'elemento servil'";³² ou que Bentinho se dá conta do adultério de Capitu em março de 1871, momento da ascensão do gabinete Rio Branco, responsável pela aprovação da Lei do Ventre Livre. Essa lei, argumenta Chalhoub, significou a derrota da classe senhorial; uma derrota sobre a qual os senhores não teriam deixado de refletir, fazendo-o sempre

²⁹ Idem, p. 17-19, 64-65, 91-93.

³⁰ É oportuno assinalar que o enredo de *Memórias póstumas de Brás Cubas* se desenvolve num período bem mais largo que a década de 1850, embora seja nessa década que a atuação do protagonista-narrador se torna mais típica do comportamento social aqui descrito.

³¹ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*, cit., p. 17-44, 72-83.

³² Idem, p. 67-83.

segundo os hábitos de pensamento de sua própria classe. Teriam percebido então a ingenuidade em que se engolfavam, incapazes de notar a dissimulação dos subordinados, que perseguiram seus próprios objetivos enquanto davam a entender que apenas obedeciam. Essa seria a alegoria política por trás de *Dom Casmurro*, obra de acusação em que um representante da família abastada demonstraria sua incapacidade de reconhecer como legítima a ação autônoma dos subordinados. Ao interpretar retrospectivamente os acontecimentos, apenas consegue vê-la como traição.³³

Várias questões soblevam da argumentação de Chalhoub. Em primeiro lugar, não somente "O velho Senado" já não é o único texto "histórico" na obra machadiana, como tampouco é guindado ao lugar de veículo por excelência de um conteúdo histórico. Mais ainda, não é sequer mencionado em *Machado de Assis, historiador*. O lastro histórico da literatura desvincula-se da presença de personagens históricas entre os protagonistas. Seu aparecimento ocasional no enredo – como a menção do gabinete Rio Branco, em *Dom Casmurro* – é tomado como mais um indício da significação histórica da narrativa, que passa a carregar, ela sim, uma interpretação histórica elaborada pelo escritor.³⁴ E isto a despeito de as personagens serem inteiramente ficcionais e de as narrativas não terem por pano de fundo nenhum acontecimento histórico em particular: não se passam durante a Guerra dos Mascates ou a Inconfidência Mineira, as Bandeiras ou a Independência. Que se possa, não obstante, enxergar história na literatura deve-se ao fato de esta ser vista como um "testemunho histórico".

Tal pressuposto metodológico, explicitado alhures, responde em primeiro lugar a um outro questionamento. Enunciado na "Apresentação" de uma obra publicada ao final da década de 1990,³⁵ é aos desafios impostos à história pelo chamado *linguistic turn* que ele busca fazer frente. Trata-se, no dizer de Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso Pereira, de enfatizar obra, autor e contexto, rejeitando análises focadas na intertextualidade e na morte do autor. Contra o pressuposto de autonomia da literatura, propõe-se historicizar a obra literária, "inserir-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação

³³ Idem, p. 83-91.

³⁴ Idem, p. 84.

³⁵ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso M. de (Orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo". Contra a tese de que tudo é texto, defende-se o postulado de um referencial externo ao texto: as interpretações históricas devem conformar-se às fontes e a literatura reveste-se de caráter histórico por poder ser interrogada enquanto fonte, isto é, enquanto evidência de um contexto histórico. Contra uma abordagem essencialista das relações entre história e literatura, trata-se de relacionar autores e obras específicas a contextos históricos determinados. É em função do que dizem sobre o "seu tempo" e o "seu país", do que expressam aos seus contemporâneos, do que revelam do "sentimento íntimo" de homens e mulheres de uma dada época que autores e obras interessam aos historiadores.³⁶

O "testemunho histórico" da literatura é, portanto, a história que não é visível na superfície da obra. É a história ali presente ainda que não de forma explícita, pois se revela pela significação profunda do enredo e das personagens – significação essa que o historiador vem expor, que ele conhece como ninguém, porque enraizada na realidade concreta da época do escritor.

Mas o que a emergência de um "Machado de Assis historiador" atesta, acima de tudo, é uma modificação na própria concepção de história dos historiadores. A história como sentido histórico profundo da narrativa, como acessível por meio da significação sócio-histórica das personagens, quaisquer que sejam elas, é indício inequívoco de que já não se concebe a história como campo de ação exclusivo dos grandes homens. Para que se possa enxergar história em uma literatura que narra a trajetória de vidas quaisquer, é preciso que o conceito de história tenha se alterado.

³⁶ Idem, p. 07-09. Tal empreendimento analítico não deixou de ser objeto de contestação, sobretudo por parte de críticos literários, que apontaram o que seria uma visão reducionista da literatura machadiana. Nossa intenção aqui não é, porém, *avaliar* as análises a que os diversos historiadores submeteram a obra de Machado de Assis, e sim – conforme esperamos haver demonstrado na primeira parte deste artigo – *compreender* as relações entre tais análises e as concepções de história desses historiadores. Fica de lado, outrossim, a dívida de Sidney Chalhoub com dois grandes nomes da fortuna crítica machadiana – Roberto Schwarz e John Gledson. Foi em diálogo direto com suas obras que o historiador elaborou a interpretação aqui examinada. Como, porém, tampouco se trata de investigar as várias linhas que se entreceram para a transformação de Machado de Assis em historiador, mas apenas uma – a da concepção de história – optamos por não abordar suas relações com a crítica literária. As próprias dimensões deste artigo, por outro lado, impedem-no. Para uma análise mais ampla, permito-me remeter ao subcapítulo "Literatura brasileira, nacionalismo literário e Machado de Assis" de minha dissertação de mestrado. Ver: CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. *Entre ilustres e anônimos: concepção de história em Machado de Assis*. 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2009. p. 98-107.

O próprio Sidney Chalhoub evidencia-o ao relatar as circunstâncias de seu reencontro com a obra de Machado de Assis. Uma pesquisa sobre as últimas décadas da escravidão na Corte forneceu-lhe o ensejo de retornar às páginas do escritor, onde, para sua surpresa, encontrou aquilo por que, como historiador, desde sempre se interessara: o "resto" da sociedade imperial, isto é "escravos, agregados, caixeiros, operários, cortiços, febre amarela, varíola...". A literatura machadiana mostrou-se carregada de uma exposição da política de domínio própria à sociedade escravista do Brasil da época e de uma reflexão sobre "a experiência social de escravos, dependentes e *outros sujeitos* que, dizia-se, não estavam no centro" de sua obra.³⁷

"Escravos, dependentes e *outros sujeitos*". O uso da expressão não é casual. Como historiador do Brasil do século XIX, Chalhoub tem-se dedicado a investigar a ação histórica daqueles que Alfredo do Nascimento Silva denominou "os naufragos do mundo".³⁸ Sua primeira análise de um texto machadiano, a crônica de 19 de maio de 1888, fez-se no quadro de um estudo cujo objetivo maior era demonstrar a ação autônoma dos escravos e seu papel fundamental na abolição.³⁹ *Visões da liberdade* toma por protagonistas gente como Bonifácio e Bráulio, Carlos e Ciríaco, Felicidade, Cristina e Fortunata – escravos, analfabetos, criminosos alguns deles, anônimos todos – e sustenta que eles são "exemplos seguidos de sujeitos históricos que conseguiram *politizar* a rotina e, assim, transformá-la".⁴⁰ Seguindo lógica e racionalidades próprias, perseguindo objetivos inteiramente seus – defende Chalhoub –, os donos dessas vidas minúsculas impuseram uma tensão insustentável no interior da propriedade "e ajudaram decididamente a cavar a sepultura" da escravidão.⁴¹ A lei de 28 de setembro de 1871, primeira lei abolicionista do Brasil, longe de ter sido um feito do visconde do Rio

³⁷ CHALHOUB, Sidney. Prólogo e agradecimentos. In: _____. *Machado de Assis, historiador*, cit., p. 09-10. Grifos nossos.

³⁸ SILVA, Alfredo do Nascimento. Um atomo da historia patria: a Sociedade Amante da Instrução. *RIHGB*, tomo LV, parte segunda, 1892. p. 97-140.

³⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. A primeira edição é de 1990. Em uma entrevista recente, Chalhoub explicita sua orientação: "Do ponto de vista da representação da escravidão, abordei em *Visões da liberdade* a construção da teoria do escravo-coisa, essa dificuldade em investigar o escravo como sujeito político". Ver BERGAMINI, Atílio; TIBURSKI, Elite Lucia; BITTENCOURT, Ícaro. Entrevista com Sidney Chalhoub. *Aedos: revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2008, p. 315.

⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, cit., p. 253. Grifos nossos.

⁴¹ Idem, p. 59.

Branco – como se costumava repetir no IHGB –⁴² "foi de certa forma uma conquista dos escravos".⁴³ De acordo com Chalhoub, ela significou o reconhecimento legal de uma série de direitos costumeiros que ao longo dos anos os cativos haviam conseguido arrancar de seus proprietários "e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros".⁴⁴ Contribuiu, assim – conclui ele –, para a corrosão decidida e irremediável daquele que era um dos pilares da instituição escravista: a autoridade moral dos senhores sobre os escravos.⁴⁵

Segundo Chalhoub, há em Machado de Assis uma perspectiva semelhante. Em *Visões da liberdade*, a crônica de maio de 1888 é considerada a interpretação machadiana do processo histórico de extinção da escravidão. Essa perspectiva, longe de ser inédita, deu ensejo, porém, a uma análise inovadora. Ao passo que outros intérpretes do texto haviam-no considerado uma prova de que Machado de Assis via a Abolição como um não-acontecimento, a permanência da exploração travestida em novas roupas, com o trabalhador sempre cativo da opressão, Chalhoub desenvolve uma tese diametralmente oposta.⁴⁶ Defende que, nesse exemplar da série "Bons Dias!" (1888-1889), o escritor oferece uma explicação para as *mudanças* que redundaram na Lei Áurea, além de identificar, entre elas, uma transformação na atitude dos próprios escravos, que, a partir de 1870, teriam adotado posições mais firmes na luta pela

⁴² Assim exprime-se o primeiro secretário, conselheiro José Ribeiro de Sousa Fontes, em seu relatório de 1880 – ano da morte de Rio Branco: "avivando nossas chagas ainda tão recentes, [o orador] fallar-nos-ha d'esse politico, litterato e estadista, o visconde do Rio-Branco, que professando idéas de maxima liberalidade pelejou alistado nas fileiras conservadoras, pela causa mais nobre e humanitaria, e, escudado com leis, e apoiado nos direitos adquiridos, e nos interesses da patria, soube alcançar essa miraculosa e benefica esponja com a qual se começou a limpar para nunca mais se reproduzir a nodoa da escravidão, fazendo que fosse livre todo o que nascesse no torrão brasilico;". Evidentemente, os "direitos adquiridos" são os dos proprietários. FONTES, José Ribeiro de Sousa. Relatório do sr. 1º secretario. *RIHGB*, tomo XLIII, parte segunda, 1880. p. 504-505.

⁴³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, cit., p. 161.

⁴⁴ Idem, p. 159.

⁴⁵ Sobre os debates acerca da primeira lei abolicionista e seu significado em relação às lutas dos escravos, ver, especialmente: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, cit., p. 95-174; CHALHOUB, Sidney. *Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871*, capítulo de *Machado de Assis, historiador*, cit., p. 131-291; e MATTOS, Hebe Maria. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2. p. 337-383.

⁴⁶ Para uma análise mais detalhada do debate sobre a visão machadiana da escravidão e do escravo e suas relações com a historiografia sobre a escravidão, permito-me remeter a: CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. *Tolo ou todo-poderoso? – leituras em torno de Machado de Assis e a escravidão*. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 113-129, jul./dez. 2008.

liberdade. Em outras palavras, já Machado distinguiria os cativos como sujeitos históricos do processo emancipacionista.⁴⁷

Da mesma maneira, os três primeiros capítulos de *Machado de Assis, historiador* acentuam a imagem de um escritor ciente da ação histórica e política dos pequenos. Como visto, Chalhoub vê em Machado um "intérprete incansável do discurso político possível aos dominados" em seus diálogos com membros da classe dominante:⁴⁸ um escritor que construiu personagens como Helena e Luís Garcia, que demonstrariam, em suas relações com senhores como Estácio e Valéria, plena consciência de que estes se assumem como os únicos sujeitos dos acontecimentos. São personagens dotados da perspectiva crítica que distinguiria os dependentes e que lhes permitiria atuar habilmente no interior da lógica senhorial, mas com o fim de subvertê-la. Sinuosa ou sutilmente – ou, à maneira de Capitu, "aos pulinhos" – alcançariam seus próprios objetivos mantendo os senhores presos à crença enganosa de que tudo deriva exclusivamente da vontade deles, senhores. Assim, corroeriam os alicerces da política de domínio paternalista, embora na aparência a estivessem reforçando.⁴⁹

Um adepto da história social encontra em um escritor morto há cem anos uma perspectiva histórica semelhante à sua. Como o historiador de hoje, o romancista do passado teria percebido a sofisticada compreensão política dos dependentes e sua ação consciente e racional em prol de seus objetivos; teria reconhecido a possibilidade de os subordinados serem sujeitos em uma sociedade que não o admite; teria demonstrado como os subalternos livres e escravos foram sujeitos na sociedade escravista brasileira. O fenômeno chama a atenção: segundo Chalhoub, há em Machado de Assis uma concepção que não é de maneira alguma habitual entre os historiadores que lhe foram contemporâneos: os dependentes, os escravos, os pobres, os anônimos foram os verdadeiros atores históricos e políticos do processo de dissolução da ordem social própria ao Brasil do Segundo Reinado.

História, ilustres e anônimos em Machado de Assis?

⁴⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, cit., p. 95-102, 181-182.

⁴⁸ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*, cit., p. 62.

⁴⁹ Idem, p. 62-83.

Justamente aí se revela, contudo, o encontro paradoxal entre historiadores do IHGB e um assumido praticante da história social. Tão diametralmente opostos em suas concepções de história, uns e outros encontram em Machado de Assis, conforme discutimos, suas duas concepções divergentes. De um lado, um grande homem, o ilustre presidente da Academia Brasileira de Letras, um exemplo de vida, autor de um "texto histórico" sobre outros grandes homens. Do outro, um escritor "historiador", atraído pelo "resto" da sociedade imperial, ciente da atuação política dos anônimos. Ausente, sempre, o escritor em cuja obra sujeitos nulos, sem "papel eminente neste mundo",⁵⁰ tornam-se não só personagens, mas também autores de romances.⁵¹ O escritor em cuja obra se encontram inúmeras afirmações sobre a história, como a que faz em uma crônica de 1894, sobre a desigualdade dos destinos. Comparando o punhal da romana Lucrecia ao utilizado pela desconhecida Martinha, baiana de Cachoeira, o cronista protesta: "Bem sei que Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha".⁵² Ausente o escritor que equiparou uma mulher "possivelmente um tanto bárbara, de má-vida e culpada de homicídio" à virtuosa Lucrecia.⁵³ Afinal, diante dessa afirmação da igualdade entre uma ilustre e uma anônima e desse questionamento direcionado explicitamente à história, o único grande machadiano que sobre eles se deteve, Roberto Schwarz, preferiu ver um questionamento do universalismo do universal e do localismo do local; uma "queixa contra a ordem mundial desequilibrada" e seus efeitos sobre o intelectual de periferia.⁵⁴

Objeto de centenas de estudos, Machado de Assis permanece, pois, lançando-nos este desafio: não haveria aí, nessa equiparação associada a um protesto dirigido à história, um procedimento que merece ser mais bem investigado?

⁵⁰ Definição dada ao conselheiro Aires, em *Esau e Jacó*. Ver: ASSIS, Machado de. Advertência. In: _____. *Obra completa*. Organizada por Afrânio Coutinho. 9. reimp. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. 1. p. 946.

⁵¹ A tese de um Machado de Assis autor de autores é de Abel Barros Baptista. Ver: BAPTISTA, Abel Barros. O Episódio Brás Cubas. In: _____. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 115-259.

⁵² ASSIS, Machado de. 05 de agosto de 1894. *Obras completas de Machado de Assis*. A Semana, 2º volume (1894-1895). Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., 1959. p. 152-156.

⁵³ SCHWARZ, Roberto. Leituras em competição. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 75, p. 61-79, julho 2006. Citação p. 74. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/>. Acesso em: 08 de abril de 2008.

⁵⁴ Idem, p.78.

Raquel Campos
PPGHIS/UFRJ/CAPES
Rio de Janeiro, Brasil

Raquel Campos é mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente compõe o comitê editorial de *Ars Historica*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde é doutoranda. Email: raquelmcampos@uol.com.br